

Monitoria – Caso 2: Discursos de ódio e liberdade de expressão

O CASO

Em sua rede social *facebook*, Felipe Camargo publica textos com conteúdo controverso sobre questões raciais. Felipe é negro e seus textos são públicos.

Dentre suas declarações estão as seguintes:

“Esse feriado [o Dia da Consciência Negra] precisa ser abolido nacionalmente por decreto presidencial! (...) Precisa ser combatido incansavelmente até que perca a pouca relevância que tem”, pois se trata de um “feriado político, instituído pela esquerda com o objetivo de propagar o revanchismo histórico”;

“Zumbi dos Palmares escravizava negros, executava adversários políticos e raptava mulheres. No Brasil de hoje Zumbi seria um bandido ou defensor de bandido”;

“Cotas para negros precisam acabar! Além de estimular a fraude racial, ignoram o mérito, desrespeitam o princípio da igualdade, geram ressentimento e alimentam o racismo. Devem ser substituídas por cotas sociais”;

“O Brasil tem racismo nutella. Racismo real existe nos EUA. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda”;

“A escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes. Negros do Brasil vivem melhor que os negros da África”;

“Não existe pacto de solidariedade entre pretos. Nenhum preto é meu irmãozinho de cor’. Se é bandido, cadeia ou vala!”;

Sugere medalha a “branco que meter um preto militante na cadeia por crime de racismo”;

“Não há salvação para o movimento negro. Precisa ser extinto! Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda”;

Referiu-se à ativista do movimento negro Angela Davis como “*baranga comunista*”, “*comunista terrorista norte-americana*” e “*mocreia assustadora*”;

Sobre a ex-Vereadora Marielle Franco, afirmou que “*não era negra, ela era parda*” e que ela fazia uma “*defesa ferrenha de bandidos, da legalização das drogas, do aborto até o nono mês de gestação, da depravada agenda LGBT e da corrupção*”. Alegou que “*é preciso que Mariele morra. Só assim ela deixará de encher o saco*”;

“*Se você é africano e acha que o Brasil é racista, a porta da rua é serventia da casa*”;

Ele disse ser favorável a que “*alguns pretos sejam levados à força para a África*”, citando os atores Lázaro Ramos e Taís Araújo como exemplo. “*Sugiro o Congo como destino. E que fiquem por lá!*”, disse. O sambista Martinho da Vila é outro que deveria “*ser mandado para o Congo*”, por ser um “*vagabundo*”;

Chamou a “*macumba*” e o “*funk carioca*” de “*desgraças do mundo*” e disse que o hip-hop faz “*apologia da maconha e do crime*”.

Os textos, que *viralizaram* na internet, foram recebidos com ampla repercussão negativa. O Ministério Público Federal, tomando ciência dos fatos, ofereceu denúncia contra Felipe Camargo, imputando-lhe a prática do delito previsto no art. 20, § 2º da Lei 7.716/1989¹ (crime de racismo).

A denúncia foi recebida. Procedeu-se à instrução do processo, realizando-se o interrogatório do acusado. O réu assumiu a autoria dos textos, mas disse que suas declarações não tinham como finalidade ofender a população

¹ Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

(...)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

negra, da qual inclusive faz parte. Disse que desejava, tão somente, expressar suas opiniões.

O MPF apresentou suas alegações finais, concluindo que as declarações de Felipe Camargo são racistas, ofendendo toda a comunidade negra², haja vista que ele: **(i)** promove *revisionismo* sobre fatos históricos incontestáveis, distorcendo o passado; **(ii)** ataca de forma preconceituosa políticas públicas e movimentos organizados que buscam combater o racismo; **(iii)** insulta figuras públicas e elementos culturais que são símbolos da luta contra o preconceito racial; e **(iv)** incita a violência física e institucional contra pessoas negras, ao afirmar, por exemplo, que é favorável à ideia de que “*alguns pretos sejam levados à força para a África*” e de que é preciso dar medalha a “*branco que meter um preto militante na cadeia por crime de racismo*”.

Compreendeu o MPF que **(i)** o réu professou “*discurso de ódio racial*” e que suas declarações não estão acobertadas pelo manto da liberdade de expressão; **(ii)** tal garantia constitucional não é absoluta e deve ceder espaço à responsabilização criminal de determinadas condutas, quando estas atentarem gravemente contra grupos historicamente vulneráveis; **(iii)** a cominação de pena criminal estaria em acordo com o *princípio da proporcionalidade*, sendo medida *adequada, necessária e proporcional em sentido estrito*. Sobre o fato de Felipe Camargo ser negro, o *Parquet* afirmou que **(iv)** tal condição não interfere no fato objetivo de que suas declarações foram racistas.

Em suma, entendeu-se que a intervenção penal é necessária para “*assegurar a tolerância e a boa convivência entre os diferentes no seio social*”. Citou o precedente do Supremo Tribunal Federal HC nº 82.424 (“caso Ellwanger”) como referência para a interpretação do caso concreto.

O acusado apresentou suas alegações finais, defendendo que **(i)** suas declarações refletem o exercício de seu direito à livre expressão de ideias e

² O que afrontaria, ainda, na visão do *Parquet*, o art. 4º, VIII (“*A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios (...) VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo*”) e o art. 5º, XLII (“*a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei*”), ambos da Constituição Federal.

opiniões³, posto que se limitariam a manifestar sua visão pessoal de mundo sobre determinados fatos históricos, pessoas, expressões culturais, organizações sociais e políticas públicas; **(ii)** não incitou a violência física ou institucional contra qualquer pessoa ou grupo social, pois suas declarações são “*metafóricas*” e a forma “*enfática*” com que se expressa é produto de seu “*estilo de comunicação*”; **(iii)** suas declarações são de cunho político, campo onde deve haver ampla liberdade de manifestação de ideias, devendo-se levar em consideração o atual momento de “*polarização*” da sociedade brasileira; **(iv)** suas declarações não ofendem ao bem jurídico protegido pela norma penal que lhe é atribuída, pois o Direito Penal não deve servir à proteção de sentimentos; **(v)** não há em seu discurso qualquer referência à hipotética necessidade de exploração, dominação ou supressão de direitos da população negra, que seria indispensável à realização do delito em questão; **(vi)** a imposição de pena criminal não é meio *adequado* no caso concreto, dado que vivemos em uma sociedade pluralista⁴; portanto, para aqueles que entendem as declarações descabidas ou preconceituosas, a melhor forma de repreendê-las é por meio do debate público; **(vii)** o fato do acusado ser negro o impede de ser criminalizado por conduta de discriminação racial, dado que o Direito Penal deve ser orientado teleologicamente e que, portanto, o enfrentamento ao racismo contra negros indica que a ação discriminatória deve ser praticada por indivíduo que não se identifique com tal raça.

Em resumo, entende que “*a alegada intolerância na postura do acusado não deve ser combatida com intolerância*”. Citou o precedente do Supremo Tribunal Federal INQ nº 4694 (“caso Bolsonaro”) como referência para a interpretação do caso concreto.

³ Conforme lhe asseguraria o art. 5º, IV da Constituição Federal (“*É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato*”).

⁴ Em conformidade com o art. 1º, V da Constituição Federal (“*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) V - o pluralismo político*”).

Requeru-se, assim, a absolvição do acusado, com fundamento no art. 386, III do Código de Processo Penal⁵.

Os autos foram conclusos ao juiz para prolação de sentença.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os estudantes devem elaborar sentenças para a resolução do caso, analisando as teses de acusação e de defesa, e alcançando conclusão racionalmente fundamentada pela **condenação** do acusado ou por sua **absolvição**.
- Os fatos descritos não devem ser modificados ou relativizados, não sendo possível, ainda, a agregação de novas informações à solução do caso.
- A argumentação deve ser desenvolvida com amparo na legislação (constitucional e infraconstitucional), aulas da Professora, textos doutrinários e jurisprudência indicada, sem prejuízo de outras fontes, que podem ser agregadas, desde que tenham validade técnica e sejam pertinentes para o tema em discussão.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. **Bem Jurídico-Penal**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 192-202.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos: Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de**

⁵ Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...) III - não constituir o fato infração penal.

História da FFLCH / USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2J9Y2Kx>.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. El discurso racista: eficacia de su estructura. **Eguzkilore**: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología, n. 11, 1997, p. 259-265.

ZILIO, Jacson. Direito penal e discurso de ódio. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 181-204, jan./jun. 2017.

Jurisprudência

STF, HC 82424, Relator: Min. MOREIRA ALVES, Relator p/ Acórdão: Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 17/09/2003, publicado em 19/03/2004.

STF, Inq 4694, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 11/09/2018, publicado em 01/08/2019.